

Seminários do Curso de doutoramento em Direito (3º Ciclo)

Topics PhD Seminars (3rd Cycle)

FDUNL

2018/2019

Temas / Topics

Direito Europeu / European Law

Prof. Francisco Pereira Coutinho

TEMA / TOPIC

Brexit

Em referendo realizado a 23 de junho de 2016, uma maioria de votantes decidiu que o Reino Unido deveria abandonar a União Europeia (UE). O chamado Brexit (British Exit) deve ocorrer em 2019 – a data crítica é 29 de março. Este será um momento dramático para a integração europeia, uma vez que vai colocar em causa a profecia funcionalista de Schuman em 1950 de que os Estados Unidos da Europa seriam o resultado inexorável “de realizações concretas” que dariam lugar a “solidariedades de facto entre os povos europeus”.

As negociações de saída do Reino Unido da EU têm sido muito difíceis. O artigo 50.º do Tratado da União Europeia atribuí a cada Estado-Membro um direito de secessão unilateral e incondicional. A possibilidade de ocorrer um hard Brexit (não haver acordo) não pode – mesmo em setembro de 2019 – ser completamente excluída. Uma coisa parece certa: quando o Brexit se concretizar a UE irá viver uma “mutação constitucional” que pode alterar dramaticamente a sua identidade.

A partida iminente do Reino Unido levante diversas questões jurídicas. Este seminário pretende discutir as mais relevantes, designadamente as relativas: aos direitos dos cidadãos depois da saída; aos efeitos sobre tratados de comércio; aos instrumentos de garantia do acordo de saída; à relação entre o acordo de saída e um futuro acordo sobre as relações futuras entre a UE e o Reino Unido; ou ao papel do Tribunal de Justiça da UE depois da saída.

In a referendum held on 23 June 2016, voters decided that the United Kingdom (UK) should leave the European Union (EU). The so-called Brexit (British Exit) is expected to happen in 2019 – the critical date is March 29. That will be a dramatic moment for European integration, as it will be at odds with the Schuman’s declaration functionalistic prophecy in 1950 that the United States of Europe would be only outcome of “concrete achievements” which would create a de facto solidarity between Europeans.

The withdrawal negotiations have been extremely difficult. Article 50 of the Treaty of the European Union grants the Member States a unilateral and unconditional right of withdrawal. The possibility of a hard Brexit (no deal) cannot - even in September 2019 – be completely excluded. One thing seems certain: when Brexit finally unfolds the EU will be experiencing a “constitutional mutation” that may dramatically change its identity.

The imminent departure of the UK from the EU raises several legal questions. This seminar will tackle some of the most pressing, such as citizens’ rights after the withdrawal, the effects on trade agreements, the enforceability of the withdrawal agreement, the relationship between the withdrawal agreement and the future EU-UK agreement, or the role of the Court of Justice of the EU after the withdrawal.

Direito Penal / Criminal Law

Prof. José Faria e Costa

TEMA / TOPIC

A aplicação da lei penal no espaço: que espaço?

The criminal law enforcement area – which area?

§ 1. Nótula de apresentação

Em um cenário de erosão do cimento agregador que durante muito tempo uniu, no trinómio Estado-Nação-Território, o tradicional modo de pensar e realizar o jus puniendi como construção humana de garantia da segurança interna dos povos, o Direito Penal, este especial ramo do multiversum jurídico, vê-se defrontado com novas e acrescidas exigências de actuação que levam ao limite as suas condições de legitimação no horizonte do Estado de Direito Democrático. Uma tal oscilação, que parece soprar de todos os lados, e cujas consequências ainda mal podemos antever ou sequer vislumbrar, afecta de maneira particularmente dramática aquele que, sem qualquer franja de exagero, constituirá e já constitui a tarefa mais fundamental das próximas e da actual geração de juristas que se ocupam com as «cousas» do Direito Penal: o realinhamento das linhas de força que têm vindo a delinear o frágil equilíbrio das traves que sustentam a tradicional dogmática da «aplicação da lei criminal no espaço». Com efeito, basta reparar na extraordinária dinamicidade das relações sociais, potenciada pelos imparáveis avanços tecnológicos em matéria de circulação não só de bens, serviços e pessoas, mas também e talvez por sobre tudo de informações, para perceber o quão directa e intensamente esta aceleração e sublimação das interações do mundo da vida se repercutem sobre a questão de saber, dentro de um emaranhado de ordenamentos jurídicos que não raro se cruzam em pontos de normatividade poucos translúcidos, qual será a lei penal a aplicar em um determinado caso concreto. São estes pontos opacos ou mesmo «pontos cegos» da normatividade jurídico-criminal, os quais ameaçam tornar a realização última do jus puniendi uma quase «terra de ninguém», que desafiam a atenção

desperta de uma razão prática que, pensando em rede, esteja preparada não só para tematizar, mas também e principalmente para solucionar intrincados problemas dogmáticos, como aqueles que surgem na hora de definir, nos chamados «crimes digitais» em sentido amplo, o locus delicti: será o lugar da realização da conduta (o acto de teclar), do resultado (a recepção da mensagem ofensiva) ou o lugar onde se encontra sediado ou instalado o servidor de internet?

§ 2. *Sumário do horizonte temático*

Como possíveis temas de investigação, são desde logo pensáveis e aqui propostos, inter alia, sem prejuízo de assuntos cuja relevância posteriormente se note, os seguintes:

I. As bases do Direito Penal

1. O fundamento onto-antropológico
2. A matricial tensão entre liberdade e segurança
3. O paradoxo da proteção da liberdade através da restrição da liberdade
4. A gramática tardo-moderna dos direitos fundamentais
5. O Direito Penal na era da globalização

II. Direito Penal e Estado

1. A indissociável ligação entre a teoria do Direito Penal e a teoria do Estado
2. A erosão da tradicional ideia de Estado-Nação
 - 2.1. As capacidades clássicas: fazer a guerra, cunhar a moeda e administrar a justiça
 - 2.2. Uma nova lógica da soberania ou simplesmente a sua completa renúncia
3. O jus puniendi como lídima manifestação do poder estadual
 - 3.1. A história do Direito Penal (ao mesmo tempo, a história da sua publicização)
 - 3.1.2. A história do Direito Penal no contexto da história universal

3.1.2. Os grandes períodos da história universal e a sua relação com a evolução

do Direito Penal

3.2. Tendências de reprivatização do Direito Penal

3.2.1. Rumo a um Direito meramente regulador?

3.2.2. O exemplo da criminal compliance

4. O problema das fontes

4.1. O princípio da legalidade criminal em um cenário de internacionalização

4.2. O Direito Europeu: o impacto das directivas nas ordens jurídicas internas

4.3. Um exemplo no contexto da segurança: o combate ao terrorismo

III. Algumas implicações em sede de aplicação da lei penal no espaço

1. Princípios gerais

1.1. O princípio da territorialidade

1.2. Princípios complementares

1.2.1. O princípio da nacionalidade

1.2.2. O princípio da defesa dos interesses nacionais

1.2.3. O princípio da universalidade

1.2.4. O princípio da administração supletiva da justiça penal

2. O clássico mecanismo de cooperação judiciária internacional em matéria penal:

a extradição

2.1. Sentido e alcance

2.2. O princípio da dupla incriminação

2.3. Limitações formais e materiais

3. Novos instrumentos de aplicação da lei penal

3.1. O mandado de detenção europeu

3.2.1. Espaço de liberdade, segurança e justiça na União

Europeia

3.2.2. Relativização do princípio da dupla incriminação

3.2.3. Reforço do princípio do reconhecimento mútuo

3.2. O Tribunal Penal Internacional

3.2.1. Antecedentes históricos

3.2.2. Competência e funcionamento

3.3.3. Dilema entre prevenção e retribuição

3.3.4. A suposta necessidade de uma teoria geral da infração penal internacional

IV. Outros aspectos relevantes para uma leitura integrada

1. O movimento de aproximação da legislação penal no espaço europeu

1.1. A harmonização dos ordenamentos jurídicos internos: babel ou o esperanto universal?

1.2. A procura por um catálogo de «crimes europeus»

1.3. Vectores de construção de uma dogmática supranacional

1.3.1. A partir de considerações ontológicas (natureza das coisas)

1.3.2. A partir de considerações político-criminais (funcionalismo)

2. Irritações em torno do locus delicti: o caso da criminalidade electrónica ou digital

2.1. A distinção entre conduta (ação ou omissão) e resultado

2.2. Reenquadramento no horizonte dos delitos informáticos

2.3. Os circuitos de transmissão: comunicação aberta versus comunicação fechada

2.4. O regime jurídico da segurança do ciberespaço e a lei do cibercrime.

§ 1. *Note of presentation*

In a scenario of erosion of the binding cement that for a long time united, in the trinomial State-Nation-Territory, the traditional way of thinking and accomplishing the jus puniendi as a human construction ensuring the internal security of peoples, Criminal Law, this special branch of the legal multiversum, is confronted with new and amplified demands for action that limit the conditions

for its legitimation within the limits of the Democratic Constitutional State. Such oscillations, which seems to be blown from all directions, and whose consequences we can barely foresee or even glimpse, affect in a particularly dramatic way that which, without any iota of overstatement, will constitute and is already the most fundamental task of the next and of the present generation of jurists who deal with the "things" of Criminal Law: the realignment of the lines of force that have come to delineate the fragile balance of the joists that support the traditional dogmatics of the "application of criminal law in space". Indeed, it is sufficient to observe the extraordinary dynamism of social relations, boosted by the unstoppable technological advances in terms of the movement not only of goods, services and persons, but also, and perhaps above all, of information, to realize how directly and intensely this acceleration and sublimation of the interactions of the world of life have repercussions on the question of knowing, within entangled legal systems that often intersect in unclear points of normativity, what will be the criminal law to apply in a particular case. These opaque points or even "blind spots" of legal-criminal normativity, which threaten to make the ultimate realization of *jus puniendi* almost a "no man's land", defy the alive attention of a practical reason that, in a network reasoning, is prepared not only for the thematization, but also and above all to find the solution for intricate dogmatic problems such as those that arise when one needs to define, in the context of "cibercrimes" in wide sense, the *locus delicti*: is it the place where the conduct happens ("the click"), of the result (the reception of the offending message) or the place where the internet server is located or installed?

§ 2. *Thematic summary*

As possible research topics, the following are considered and proposed here, *inter alia*, without loss for other matters of relevance:

- I. The fundamentals of criminal law
 1. The onto-antropological fundamental
 2. The tension between freedom and security
 3. The paradox of protection of freedom through the restriction of freedom

4. The late-modern grammar of fundamental rights
5. Criminal law in the globalization age

II. Criminal Law and the State

1. The indissoluble link between the theory of Criminal Law and the theory of the State
2. The erosion of the traditional idea of Nation-State
 - 2.1. The classic competencies: making war, creating currency and administering justice
 - 2.2. A new logic of sovereignty or simply its complete abolition
3. The jus puniendi as the authentic manifestation of state power
 - 3.1. The history of Criminal Law (at the same time, the history of its public nature)
 - 3.1.1. The history of Criminal Law in the context of universal history
 - 3.1.2. The major periods of universal history and their relation with the evolution of Criminal Law
 - 3.2. Tendencies of reprivatization of criminal law
 - 3.2.1. Towards a purely regulatory right?
 - 3.2.2. The example of criminal compliance
4. The problem of sources
 - 4.1. The principle of criminal legality in a scenario of internationalization
 - 4.2. European law: the impact of directives on internal legal systems
 - 4.3. An example in the context of security: the fight against terrorism

III. Implications for criminal law-enforcement area

1. General principles
 - 1.1. The principle of territoriality
 - 1.2. Additional Principles
 - 1.2.1. The principle of nationality
 - 1.2.2. The principle of national interests
 - 1.2.3. The principle of universality
 - 1.2.4. The principle of complementary administration of criminal justice
2. The classical mechanism for international judicial cooperation in criminal matters: extradition

- 2.1. Sense and scope
- 2.2. The principle of double criminality
- 2.3. Formal and substantial limitations
- 3. New instruments for the application of criminal law
 - 3.1. The European arrest warrant
 - 3.2.1. Area of freedom, security and justice in the European Union
 - 3.2.2. Relativization of the principle of double criminality
 - 3.2.3. Reinforcement of the principle of mutual recognition
 - 3.2. The International Criminal Court
 - 3.2.1. Historical background
 - 3.2.2. Competence and functioning
 - 3.3.3. Dilemma between prevention and retribution
 - 3.3.4. The alleged need for a general theory of international criminal offense.

IV. Other aspects relevant for a global reading

- 1. The movement towards approximation of criminal law in the European arena
 - 1.1. Harmonization of domestic legal systems: babel or universal esperanto?
 - 1.2. The search for a catalog of «European crimes»
 - 1.3. Vectors for the construction of a supranational dogmatics
 - 1.3.1. Built from ontological considerations (the nature of things)
 - 1.3.2. Built from political-criminal considerations (functionalism)
 - 2. Exasperations around the locus delicti: the case of electronic or digital crime
 - 2.1. The distinction between conduct (action or omission) and result
 - 2.2. Rescrutinizing within the scenario of cybercrimes
 - 2.3. The transmission circuits: open versus closed communication
 - 2.4. The legal regime for cybersecurity and the law on cybercrime

Direito Privado / Private Law

Prof. José João Abrantes

TEMA / TOPIC

Obrigações e contratos

Obligations and contracts

A disciplina abordará, no essencial, alguns dos mais relevantes institutos do direito das obrigações e dos contratos (v.g., conteúdo, efeitos e formas de extinção dos contratos, cumprimento e não cumprimento das obrigações), não só na perspectiva do direito português como do direito europeu e comparado. Nomeadamente, os diversos aspectos constantes dos Princípios de Direito Europeu dos Contratos serão comparados com o regime correspondente no direito português.

The discipline will cover some of the most important institutes of the law of obligations and contracts (e.g., content, effects and forms of termination of contracts, compliance and non-fulfillment of obligations), not only from the Portuguese law perspective but also from an European and Comparative perspective. In particular, different aspects of the Principles of European Contract Law shall be compared with the corresponding regime in Portuguese law.

Direito Processual / Civil Procedure

Prof. José Lebre de Freitas

TEMA

Poderes do juiz e princípio do dispositivo nos procedimentos cautelares do CPC de 2013

1. Princípio do dispositivo, princípio do inquisitório e gestão processual
2. A conversão da providência cautelar em resolução definitiva do litígio, com apelo ao direito comparado
3. Análise dos vários tipos de providências cautelares à luz da inversão do contencioso

Direito Público/Public Law

Prof.^a Cristina Queiroz

TEMA/TOPIC

Direito Constitucional Internacional

Constitutional International Law

A) Programa

Introdução

- I. Direito Constitucional Internacional
- II. Universalismo, particularismo e a legitimidade da ordem pública “para além” do Estado
- III. A estratégia de resposta aos desafios da globalização
- IV. O Direito Constitucional no contexto europeu e global

V. As dimensões constitucionais da política externa

B) Objectivos e competências a adquirir

I. Formação específica em metodologias de investigação com base em conferências, seminários e workshops inter-activos.

II. Objectivos e competências definidos tendo em consideração as escolhas e o perfil dos candidatos.

III. Relatórios das conferências, seminários e workshops inter-activos elaborados pelos estudantes e participantes no Curso.

IV. Técnicas de investigação e redacção de textos.

V. Orientação e outro tipo de apoios não técnicos na elaboração de projectos de investigação.

VI. Fomentar, aconselhar e facilitar as relações entre os estudantes e participantes no Curso, prestando auxílio na interacção e relacionamento com outros serviços da Faculdade, em particular, com a equipa técnica de investigação no âmbito da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

C) Impacto

O programa reflecte a relevância e crescente importância de uma compreensão básica do Direito Constitucional, do Direito Europeu e do Direito Internacional no âmbito do Curso de Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

O impacto e benefícios do programa dirigem-se aos estudantes e candidatos que pretendam especializar-se nestas áreas do conhecimento jurídico, mas ainda a todos aqueles que antecipam uma carreira, principalmente, ancorada no âmbito do sistema jurídico de que são nacionais, designadamente: diplomatas, advogados, magistrados, consultores e assessores jurídicos, intra e extra muros.

D) Métodos de Avaliação

De acordo com os objetivos e competências definidos no ponto D), os estudantes deverão elaborar um relatório final de avaliação de natureza científica.

A) Program

Introduction

I. Constitutional International Law

II. Universalism, particularism and the legitimacy of the public order beyond the state

III. Strategies to respond to the challenges of globalization

IV. Constitutional Law in the European and global context

V. Constitutional dimensions of foreign policy

B) Objectives and competences to be acquired

I. Specific training in research methodologies based on inter-active conferences, seminars and workshops.

II. Objectives and competences defined taking into account the choices and the profile of the candidates.

III. Reports of the inter-active conferences, seminars and workshops prepared by the students and participants in the Course.

IV. Techniques of investigation and writing of texts.

V. Guidance and other non-technical support in the preparation of research projects.

VI. To promote, advise and facilitate relations between students and participants in the Course, assisting in the interaction and relationship with other services of the Faculty, in particular, with the technical research team within the Library of the Faculty of Law of the Universidade Nova de Lisboa.

C) Impact

Reflecting the increased importance of a basic understanding of Constitutional, European and International Law to legal education and practice, the benefits of this Doctorate Course program is most obvious for students

intending to specialize in these areas, but even individuals who anticipate a career anchored principally in their own nation's legal system have much to gain from such offerings.

The flow of goods, technology, ideas, capital, and people across borders means that the work of lawyers, diplomates, judiciary, attorneys and legal advisers, whether in public service or private practice, increasingly involves matters in which knowledge of Constitutional, European and International Law systems can prove important.

D) Evaluation Methods

In accordance with the objectives and competences defined in item B), students should prepare a final evaluation scientific report.

Direito e Sociedade / Law and Society

Profs Armando Marques Guedes e Cristina Nogueira da Silva

TEMA / TOPIC

Direito e Sociedade

Law and Society

A autonomia do direito e/ou a(s) sua(s) dependência(s) relativamente aos contextos em que se inserem discursos e atos jurídicos tem desde há muito sido objeto de numerosas e fascinantes discussões académicas. Nuns casos, os contextos sócio-antropológicos e históricos são tidos como essenciais para a produção e práticas jurídica, noutros a economia, noutros ainda a política, ou/e uma combinação destes fatores, de acordo com modulações e pesos específicos variáveis de cada um deles – que mudam de autor para autor e em diferentes fases das leituras analíticas de cada um dos autores que sobre o tema se debruçam.

Os seminários tocam, em ordem cronológica, alguns dos momentos centrais dessas discussões ainda em curso. Visam uma contextualização dessas leituras quanto a uma “não-autonomização” (ou a uma autonomia tão-só parcial) do direito na produção teórica nacional e internacional.

A avaliação dos estudantes será feita durante os Seminários, com base nas apresentações feitas nos termos regulamentares (que serão explicados em pormenor na primeira sessão), e sobretudo pela avaliação dos trabalhos de 15 a 25 pp. (que devem ser depois entregues nos prazos que constam do Regulamento da Faculdade). e contará com textos de leitura obrigatória para a elaboração de trabalhos (na secção B) a relativa ao Doutoramento Geral (DD) e na secção C), aquela que diz respeito ao Doutoramento em Direito e Segurança (DDS).

The autonomy of the law and/or its dependency(ies) in relation to contexts in which discourses and jural acts in are embedded have raised many fascinating academic discussions. In some cases their socio-anthropological and historical contexts are envisaged as essential for legal production and practices, in other economic systems are instead, in others still, politics, or/and a combination of these factors, in terms of variable modulations and specific weights – and ones that change from author to author.

The seminars touch, in chronological order, some of the crucial moments of these ongoing discussions. They aim at a contextualization of the readings carried out, and focus on their “non-autonomisation” (or on their only partial autonomy), both as concerns national and international theoretical productions.

Student evaluation will be carried out during the Seminars, both as pertains to presentations made (which will be explained in detail in the first session) and, mostly, via the evaluation of 15 to 25pp. papers which must be handed in according to Faculty timetables. What follows below includes obligatory readings for the elaborations of these texts. These are listed in Section B) for the general Doctoral Programme (DD), and in Section C) for the Doctorate in Law and Security (DLS).

Teoria do Direito / Jurisprudence

Prof. Jorge Bacelar Gouveia

Prof. André Campos

TEMA / TOPIC

Conceito e Validade do Direito

Concept and Validity of Law

A determinação do conceito de Direito é indissociável do problema da validade. Mais do que pensar num sinónimo de legitimidade com uma necessária conexão axiológico-valorativa, importa pensar em validade como característica cuja verificação num qualquer momento normativo acarreta a identificação do Direito enquanto tal. Aquilo que torna o problema da validade no problema jusfilosófico por excelência é a determinação do que constitui essa característica. Um teste de validade não é outra coisa senão a análise de um qualquer elemento normativo à luz dos critérios que são fixados como componentes dessa característica. E a fixação de diferentes critérios é o que acaba por justificar a diferenciação de perspectivas na Teoria do Direito, visto que a validade, assim entendida, acabará por se tornar inerente à própria definição de Direito. Os seminários visam habilitar os alunos a discutir, ao nível contemporâneo, algumas das principais concepções de Teoria do Direito face ao problema da validade, como as de Finnis, Kelsen, Hart, Dworkin, Alexy e Raz, assim contribuindo para a reflexão metodológica de cada aluno na própria área de investigação do doutoramento. A avaliação será baseada na apreciação dos trabalhos escritos sobre temas apresentados nas sessões, sendo também ponderada a participação dos doutorandos nas sessões.

The determination of the concept of law is inseparable from the problem of legal validity. More than simply synonymous with legitimacy in a sense akin

to substantive correctness, validity is mostly the specific characteristic of a normative frame of reference which determines it as law. That which makes the problem of legal validity the main problem of legal theory is the difficulty in identifying such a specific characteristic (or essential property). A validity test is nothing more than the analysis of a given normative frame of reference in the light of the criteria that constitute this specific characteristic. And the establishment of different criteria is precisely what justifies different views on the concept of law since validity, thus understood, is inherent in the actual definition of the law. These seminars intend to offer students the possibility of discussing some of the main theories of contemporary jurisprudence, such as those present in the works of Finnis, Kelsen, Hart, Dworkin, Alexy and Raz; their purpose is to contribute to each student's methodological reflection on their chosen field of research.

Direito Internacional / International Law

Prof. Cristina Queiroz

TEMA / TOPIC

Direito, Cooperação e Segurança num mundo globalizado

Law, Cooperation and Security in a Globalized World

A) Programa

Introdução

- I. Direito e Relações Internacionais
- II. Globalização: cooperação e interdependência
- III. As Nações Unidas e o seu sistema
- IV. As organizações regionais
- V. As organizações europeias
- VI. O Fim da Guerra Fria e os desafios globais
- VII. A capacidade de acção do sistema

VIII. As situações de conflito

B) Objectivos e competências a adquirir

I. Formação específica em metodologias de investigação com base em conferências, seminários e workshops inter-activos.

II. Objectivos e competências definidos tendo em consideração as escolhas e o perfil dos candidatos.

III. Relatórios das conferências, seminários e workshops inter-activos elaborados pelos estudantes e participantes no Curso.

IV. Técnicas de investigação e redacção de textos.

V. Orientação e outro tipo de apoios não técnicos na elaboração de projectos de investigação.

VI. Fomentar, aconselhar e facilitar as relações entre os estudantes e participantes no Curso, prestando auxílio na interacção e relacionamento com outros serviços da Faculdade, em particular, com a equipa técnica de investigação no âmbito da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

C) Impacto

O programa reflecte a relevância e crescente importância de uma compreensão básica do Direito Internacional e Relações Internacionais no âmbito do curso de Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

O impacto e benefícios do programa dirigem-se aos estudantes e candidatos que pretendam especializar-se nestas áreas do conhecimento jurídico, mas ainda a todos aqueles que antecipam uma carreira, principalmente, ancorada no âmbito do sistema jurídico de que são nacionais, designadamente: diplomatas, advogados, magistrados, consultores e assessores jurídicos, intra e extra muros.

D) Métodos de Avaliação

De acordo com os objetivos e competências definidos no ponto D), os estudantes deverão elaborar um relatório final de avaliação de natureza científica..

A) Program

Introduction

- I. International Law and Foreign Law Relations
- II. Globalization: cooperation and interdependence
- III. The United Nations and its system
- IV. Regional organizations
- V. European organizations
- VI. The End of the Cold War and global challenges
- VII. The system capacity for action
- VIII. Conflict situations

B) Objectives and competences to be acquired

- I. Specific training in research methodologies based on inter-active conferences, seminars and workshops.
- II. Objectives and competences defined taking into account the choices and the profile of the candidates.
- III. Reports of the inter-active conferences, seminars and workshops prepared by the students and participants in the Course.
- IV. Techniques of investigation and writing of texts.
- V. Guidance and other non-technical support in the preparation of research projects.
- VI. To promote, advise and facilitate relations between students and participants in the Course, assisting in the interaction and relationship with other services of the Faculty, in particular, with the technical research team within the Library of the Faculty of Law of the Universidade Nova de Lisbon.

C) Impact

The program reflects the relevance and growing importance of a basic understanding of International Law and Foreign Law Relations within the scope of the Doctorate in Law at the Faculty of Law of Universidade Nova de Lisboa.

The impact and benefits of the program are aimed at students and candidates wishing to specialize in these areas of legal knowledge, but also for those who anticipate a career, mainly anchored within the legal system of which they are nationals: diplomats, lawyers, magistrates, consultants and legal advisers, intra and extra muros.

D) Evaluation Methods

In accordance with the objectives and competences defined in item D), students should prepare a final evaluation scientific report.

Direito Privado Comparado / Comparative Private Law **Prof. Maria Helena Brito**

TEMA / TOPIC

Contratos comerciais internacionais

International Commercial Contracts

O tema escolhido para o Seminário – os Contratos comerciais internacionais – permite tratar questões muito diversificadas e utilizar o método comparativo, quer ao nível dos direitos materiais, quer ao nível dos sistemas de normas de conflitos.

Em ambos os casos, a comparação pode incidir sobre:

– regimes aplicáveis a aspetos comuns a vários contratos (por exemplo, formação dos contratos, cumprimento e consequências do incumprimento dos contratos);

– contratos em especial (por exemplo, contrato de compra e venda internacional de mercadorias; contrato de mandato ou de agência internacional; outros contratos internacionais, por exemplo, contratos bancários, contratos de seguros, contratos de transporte).

Por outro lado, a comparação pode ter como objeto:

– regimes de fonte supranacional – internacional ou europeia (por exemplo, Convenções celebradas sob a égide da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, do UNIDROIT ou da UNCITRAL; Regulamentos europeus; Princípios relativos a Contratos internacionais preparados no âmbito de organizações internacionais, como os Princípios UNIDROIT sobre os Contratos Comerciais Internacionais ou os Princípios do Direito Europeu dos Contratos; o Quadro Comum de Referência);

– regimes de fonte interna (direitos nacionais, de diversos países, tendo também em conta o interesse dos Estudantes que participem no Seminário).

The Seminar on Comparative Private Law deals with International Commercial Contracts.

This topic may include either comparison of material rules or comparison of conflict-of-laws rules.

We intend to compare:

– general issues, that are common to several contracts (contract formation, breach of contract);

– specific contracts (for instance, international sale of goods, international agency, banking or insurance contracts, transport contracts).

Furthermore, it is possible to use:

– international conventions (Hague Conventions, UNIDROIT Conventions, UNCITRAL Conventions);

– European regulations;

- UNIDROIT Principles on International Commercial Contracts;
Principles on European Contract Law;
- Draft Common Frame of Reference;
- national rules (taking also into consideration the interests of the Students attending the Seminar).

Direito Público Comparado / Comparative Public Law
Prof. Cristina Queiroz

TEMA / TOPIC

A crise da democracia representativa: autoritarismo, demagogia e populismo.

The crisis of representative democracy: authoritarianism, demagoguery and populism.

A) Programa

Introdução

1. Os dilemas da democracia representativa
2. Democracia e deliberação pública
3. O retorno das teorias decisionísticas
4. A Europa entre o populismo e a tecnocracia
5. A crise das migrações
6. O fantasma da demagogia e do populismo
7. A resistível ascensão do autoritarismo

B) Objectivos e competências a adquirir

I. Formação específica em metodologias de investigação com base em conferências, seminários e workshops inter-activos.

II. Objectivos e competências definidos tendo em consideração as escolhas e o perfil dos candidatos.

III. Relatórios das conferências, seminários e workshops inter-activos elaborados pelos estudantes e participantes no Curso.

IV. Técnicas de investigação e redacção de textos.

V. Orientação e outro tipo de apoios não técnicos na elaboração de projectos de investigação.

VI. Fomentar, aconselhar e facilitar as relações entre os estudantes e participantes no Curso, prestando auxílio na interacção e relacionamento com outros serviços da Faculdade, em particular, com a equipa técnica de investigação no âmbito da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

C) Impacto

O programa reflecte a relevância e crescente importância de uma compreensão básica do Direito Constitucional, do Direito Público Comparado e da Filosofia do Direito no âmbito do curso de Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

O impacto e benefícios do programa dirigem-se aos estudantes e candidatos que pretendam especializar-se nestas áreas do conhecimento jurídico, mas ainda a todos aqueles que antecipam uma carreira, principalmente, ancorada no âmbito do sistema jurídico de que são nacionais, designadamente: diplomatas, advogados, magistrados, consultores e assessores jurídicos, intra e extra muros.

D) Métodos de Avaliação

De acordo com os objectivos e competências definidos no ponto D), os estudantes deverão elaborar um relatório final de avaliação de natureza científica.

A) Program

Introduction

1. The dilemmas of representative democracy
2. Democracy and public deliberation
3. The return of decision-making theories

4. Europe between populism and technocracy
5. Migration crisis
6. The Phantom of Demagogy and Populism
7. The resistivel Rise of authoritarianism

B) Objectives and competences to be acquired

I. Specific training in research methodologies based on inter-active conferences, seminars and workshops.

II. Objectives and competences defined taking into account the choices and the profile of the candidates.

III. Reports of the inter-active conferences, seminars and workshops prepared by the students and participants in the Course.

IV. Techniques of investigation and writing of texts.

V. Guidance and other non-technical support in the preparation of research projects.

VI. To promote, advise and facilitate relations between students and participants in the Course, assisting in the interaction and relationship with other services of the Faculty, in particular, with the technical research team within the Library of the Faculty of Law of the Universidade Nova de Lisboa.

C) Impact

The program reflects the relevance and growing importance of a basic understanding of Constitutional Law, Comparative Public Law and the Philosophy of Law within the scope of the Doctorate in Law at the Faculty of Law of Universidade Nova de Lisboa.

The impact and benefits of the program are aimed at students and candidates wishing to specialize in these areas of legal knowledge, but also for those who anticipate a career, mainly anchored within the legal system of which they are nationals: diplomats, lawyers, magistrates, consultants and legal advisers, intra and extra muros.

D) Evaluation Methods

In accordance with the objectives and competences defined in item D), students should prepare a final evaluation scientific report.

Metodologias de Análise do Direito/ Legal Analysis Methodologies
Prof. Clara Calheiros

TEMA / TOPIC

Do “sistema” ao “problema”: uma revisão crítica do método no direito

From “system” to “problem”: a critical revision of the legal method

A ideia de “sistema” dominou, sob diferentes ângulos, o debate dentro da teoria do direito por largas décadas. Esse conceito constitui a base de modelos teóricos vários, tais como os propostos por Kelsen, Hart, Raz, Alchourrón e Bulygin.

Reflectir sobre o método jurídico é inseparável da análise dos seus fundamentos científicos e ideológicos. A pressão constante derivada da expectativa social da certeza do direito e da segurança jurídica parece condenada a confrontar-se com as limitações que muitos percebem existir, realisticamente, nos recursos hermenêuticos disponíveis.

O debate metodológico alimentado por teorias hermenêuticas e argumentativas não logrou corrigir as insuficiências do método lógico-dedutivo, nem oferecer melhores respostas aos mencionados anseios sociais de certeza jurídica e de realização do ideal da segurança jurídica.

A reflexão contemporânea sobre o método não pode evitar o confronto com a questão da indeterminação normativa, da subjectividade do intérprete e da abertura ao mundo político e social.

The idea of “system” was central, under different perspectives, to the debate within legal theory for the past decades. That notion was the cornerstone of multiple theoretical models such as those authored by Kelsen, Hart, Raz, Alchourrón and Bulygin.

The understanding of the legal method is inseparable from the analysis of its scientific and ideological foundations. The constant pressure coming from social expectations regarding legal certainty and legal security seems condemned to clash with the limitations of the hermeneutical resources available, which have been realistically pointed out by many authors.

The methodological debate which was fostered by hermeneutical and argumentation theories did not succeed in overcoming the deficiencies of the logical-deductive method, nor did it provide better outcomes to meet the social expectations on legal certainty.

Contemporary discussions on method cannot therefore avoid dealing with issues such as normative indetermination, the subjectivity of the interpreter and the openness of the legal systems to the political and social worlds.

Methodologies of Legal Research/Metodologia da Investigação Jurídica

Prof. Jeremy Sarkin

TOPIC

This course focuses on conducting legal research at the PhD level. This is a critical need for any lawyer regardless of the branch of law they are in. Legal research and the methods used are even more important for those engaged in high-level research for whatever purpose they do it for. Thesis or dissertation writing is critically about research at the highest level. This type of legal research is essential for many reasons including assisting in the law reform process. It has however many different purposes and goals. Legal research is, at times, about finding the law, engaging with it, determining its characteristics, demining what is playing a useful role and what is not. It is often, although not always, about making suggestions about how it ought to change. The type of research that can be conducted can vary enormously. It does depend to some degree on the area of law being researched. Legal research is about creative and strategic thinking. It is often about thinking outside a given

set of rules, although applying the rules is essential. Legal research demands imagination, creativity, discipline and structure. It needs much planning and tremendous amounts of work: especially reading. Reading and engaging with what is read is an essential element of legal research. However, legal research is much more than simply going to find material. The work in that field in general has to be found, what is relevant needs to be read, it needs to be understood, it must be engaged with and critiqued. The work must then be written in a way that is understandable and has something to say. Particularly at PhD level the work must add to existing knowledge. It must say something different. It must not simply say what others have said before.

This course therefore focuses on what is needed to be an effective researcher, how to prepare for legal research, the different types of research, and how to make choices about what to research. It explores the sources of legal research, the various methods in legal research, how to write a PhD proposal, how to find and collate research materials, how to write a literature review, and how to write research questions. It also focuses on different types of referencing systems, how to avoid plagiarism and keeping track of references.